

# REDES DE ECONOMIA INFORMAL E SOCIAL (R.E.I.S.) \*

Jaime Santos

Docente do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da  
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

## Resumo/Abstract

A pesquisa teórica sobre estas temáticas da Economia da Pobreza, insuficiência das estatísticas oficiais, e o reforço do auto-governo local das populações, são o traço comum nas ideias de Amartya Sen, da «New Left Review», e dos micro-créditos e micro-serviços da reforma dos fundos estruturais europeus.

Articular estas diversas propostas teóricas, identificando o pano de fundo local e concreto em que tiveram as suas raízes, e fazer uma transposição criativa a nível teórico para as ciências sociais portuguesas, desembocou numa necessidade de fazer um novo tipo de levantamento das situações sócio-económicas marginais, identificando-as, e através de um projecto piloto induzir o funcionamento de Redes de Economia Informal e Social.

## Origens – Introdução

*Uma situação mal iluminada* – Pobres não contabilizados, marginalizados, refugiados, clandestinos e trabalhadores a 100% na economia «paralela» não oficial, quantos são? Quantos são reflectidos nas estatísticas, e quantos não são? Quantos não têm bilhete de identidade (B. I.), n.º fiscal de contribuinte, cartão da segurança social?

Por testemunho pessoal, posso dizer que no Oeste e no Alentejo encontrei muitos. Sobretudo mulheres, menores, e idosos com mais de 70 anos.

Vamos abandoná-los, só porque não estão registados, e persistimos em não querer saber, não querer perguntar? Não.

*A Teoria económica está cada vez mais exposta* – nas suas inverdades «estatísticas», e cada vez menos esclarecida na sua fórmula «nacional».

Portugal é a 7ª economia mais globalizada do planeta. 4 milhões de portugueses vivem fora do país, comunicando para o continente através do sistema bancário, dos CTT e de alguns órgãos de comunicação (PT, RDP, RTP, LUSA, Jornais Regionais).

Em Portugal continental juntam-se refugiados, clandestinos vindos de África, do Leste e do Oriente. A economia «paralela», juntando a legal com o ilegal, representa quanto? 15% ou 30% do PNB?

A economia «nacional» é cada vez mais um passado, teórico e prático. A «estatística» usada como «limite» em vez de base de partida, está a *distorcer* e a *amputar* uma realidade sócio-económica mais vasta.

Realidade sócio-económica que carece de estudo, e que pode ser melhorada – com alguma *pouca* intervenção do Estado, e com *muita* iniciativa associativa dos interessados – alvo.

\* Artigo original reproduzindo a comunicação ao «1º Congresso em Portugal sobre Planeamento e Avaliação de Impactes Sociais», em Setembro de 99, apresentado e debatido na sessão «Planeamento e Avaliação na Área de Economia e Desenvolvimento Local».

*Pesquisa Teórica em cultura Anglo-Americana* – Dois textos francamente convenientes e adequados foram encontrados para iluminar estas situações associadas: a *economia* «paralela» (fora do fisco) e a situação *social* marginal (sem identidade registal definida).

O primeiro texto, retirado do nº 232 da revista «New Left Review<sup>1</sup>», de 1998, intitula-se «Lets: Local Exchange Trading System, an Eco-Socialist Initiative», traduzindo: «Lets: Sistema de Trocas Locais, uma iniciativa Eco-Socialista», refere um sistema *associativo* livre criado por um americano de origem escocesa que, despedido da Base Aérea na cidade de Vancouver, criou a primeira rede com as características a seguir indicadas. O texto, em Inglês, é aqui traduzido por mim para este artigo.

O segundo texto é uma compilação da colectânea, da obra de intervenção do economista Indiano Amartya Kumar Sen, prémio Nobel da Economia em 1998.

Traduzido e editado em inglês pela Caixa Geral de Depósitos (Departamento de Estudos Económicos), esta instituição gentilmente cedeu gratuitamente um original<sup>2</sup>.

As realidades sócio-económicas não contabilizadas e não contabilizáveis pela «economia oficial», foram amplamente demonstradas por este militante e estudioso da *economia da pobreza*.

Os artigos com maior relevância para o caso de Portugal são adiante indicados.

*Em textos de cultura Francesa*, encontrámos dois especialmente apropriados para a caracterização e resolução de problemas da economia da pobreza em ambiente não urbano, predominantemente rural.

Traduzidas por mim para português para este efeito, as passagens esclarecedoras e concretas serão transcritas adiante.

Consiste essencialmente na ideia de *partilha* – entre o estado e os próprios beneficiários – de *custos* e iniciativas para a *auto – formação*, *auto – Inserção* e *auto – Promoção* dos indivíduos marginalizados. São os micro-créditos para *mulheres rurais* e os *micro-serviços* das políticas europeias estruturais.

<sup>1</sup> Da «New Left» Review, n.º 232, Londres, 1997, o artigo «LETS: An Eco-Socialist Initiative?», pp. 91-111:

«Local Exchange Trading Systems (LETS) have been welcomed by many as a possible solution to the poverty, disempowerment and social exclusion suffered by the unemployed, as a practical and inexpensive stimulus for local economic regeneration, as the basis for stable, sustainable, and self-reliant community economies, and as a valuable complement to an increasingly over-stretched welfare state. Given better publicity, financial backing, and government and local authority support, it is thought that LETS could significantly improve the quality of life for the residents of low-income neighbourhoods. This essay evaluates the economic, social and ecological merits of LETS, assesses the theoretical positions that have been developed in their defence, and proposes a path for their future development.

<sup>2</sup> Caixa Geral de Depósitos, GEE – Gabinete de Estudos Económicos Cooperação e Informação, Mediateca, Bibliografia, 1998, Amartya Kumar Sen, Nobel da Economia 1998:

«A Bibliografia que a seguir se apresenta resulta de pesquisas efectuadas através da DIALOG, na base de dados ABI/INFORM e ECON.LIT, disponíveis para consulta na Mediateca da Caixa Geral de Depósitos».

## As redes locais de troca – redes «lets» – «local exchange trading systems»

Consistem no seguinte:

### História

Ver nota 3 no artigo, referindo «Lets Act Locally», London 1997, Jonathan Croall afirma que há mais de 200 redes na Austrália, 50 na Nova Zelândia, 124 em França, 100 em Itália, 65 na Holanda, e 30 na Irlanda.

O caso começou com um engenheiro electricista emigrado em Vancouver, no Canadá, Costa do Pacífico em 1983. Michael Linton começou uma *rede de cooperação* em que as pessoas trabalham a troco duma moeda local, convencional, como um título de crédito, que serve para pagar serviços e trabalhos que querem receber, mais tarde, de outros membros da rede.

Isto aconteceu, porque durante o Choque Petrolífero 82/83, as duas grandes multinacionais da zona fecharam portas (fábrica de borracha e base aérea) e milhares de desempregados residiam numa zona que ficou empobrecida.

### Resultados práticos sociais das redes

Quantos são em cada rede?

Quem aderiu à rede?

Há redes com 6 pessoas, outras com mais de 500 pessoas.

Embora sejam os mais pobres os que mais precisariam das redes, de facto, a *maioria* nas redes são:

- pessoas com preocupações ambientais e pessoas com filosofia de vida «alternativa»;
- classe média «des-franchizada», isto é com capacitações sem cabimento no mercado moderno, reformados antecipados e outros;
- uma minoria de pobres, constituídos por mulheres domésticas, reformados e sinistrados, rurais, pequenos artesãos, excluídos, marginais, clandestinos.

No total destas três classes de pessoas, em geral encontram-se 63% de desempregados oficiais com *alguns apoios* da economia oficial, e os restantes 37% não recebem nenhum apoio oficial.

### Bases fixas não negociáveis para entrar para a rede

1. O *valor* do cheque crédito «moeda fictícia da rede» é expresso na moeda oficial – Euros, ou USD, ou Libra.

2. *Dupla moeda* – também é aceite que as pessoas negociem os pagamentos parte em moeda e parte apenas em títulos.
3. A forma mais comum de iniciar a actividade de um novo membro da rede, é fazer com que ele fique em DÍVIDA, contratando um serviço de uma outra pessoa da rede, e depois pagando-lhe com um título de rede.  
A pessoa que entra assim na rede fica em dívida, e sente-se moralmente obrigada a fazer, por sua vez, serviços a outra pessoa da rede aceitando um título da rede como forma de pagamento.  
Ficam assim iniciados os dois circuitos da rede: um a crédito e outro a débito.
4. O sistema local de rede tem um *administrador*, que apresenta balanços *públicos* dos créditos e débitos, e comunica com os membros da rede por dois canais: um jornal domiciliário e uma rede de «caixas de correio», em cafés e locais públicos, para receber propostas e perguntas.
5. O estímulo e a iniciativa dos indivíduos é grande, pondo-as à vontade para propôr *melhores preços/hora* para os seus próprios serviços; *auto-estima* e maior exercitação na vida social, *pública e política local*; exercício físico e mental acrescido, maior relacionamento social e menos propensão ao isolamento e depressão; cultivo de qualidades de relacionamento, como atitude, solidariedade, convívio, partilha.

### Vantagens da rede

1. A pessoa (credor) que faz o serviço e recebe um cheque-crédito, só o pode «gastar» na economia local, em produtos, serviços de trabalhos locais. Poupa-se muito «automóvel», «transportes», «combustível», porque a produção estimulada é local e o consumo estimulado é local.  
As pessoas com preocupações ambientais apegam-se muito ao factor produção + consumo = local. Diminuindo o *tempo* gasto em transportes, toda a gente consegue ter mais *tempo* para a família e a casa.
2. O facto de o prestador/trabalhador e a rede conceder crédito a outro, dá-lhe superioridade moral para cotar com *bom valor* o seu preço/hora, sendo bom factor na luta contra a deflação e a depressão em zonas deprimidas.
3. Oportunidade de começar vários *pequenos negócios* – infantário, mini-agricultura, oficina, explicações, cabeleireiros, transportador, etc. –, porque o fenómeno amizade/proximidade/reciprocidade gera os primeiros clientes, evitando complicados processos de empréstimos ou de publicidade impessoal por propaganda.
4. Reduzir a *dependência* (expectativa passiva e deprimente) do trabalhador pobre face aos poderes centrais, quer político quer económico (capital).

5. A rede constitui um fluxo constante de amizades, convívios, participações, portanto é uma escola viva de *formação* profissional, cívica, de *participação* pública e de *literacia* cultural/económica.
6. A *gestão flexível do tempo* e dos horários, permite às mulheres, sobretudo sobrecarregadas com tarefas da casa, dos filhos e dos idosos a cargo, modelar o *tipo* de trabalhos – infantário, agricultura, pequenos serviços domésticos externos, etc. – que, em cada dia, e em cada hora do dia, pode prestar, para aumentar os seus rendimentos dentro da rede.  
É que nos meios rurais, a mulher não tem mota, nem carro, nem às vezes bicicleta. Está *presa* à sua casa e aos filhos, e o eventual marido nem sempre está presente ou *consciente*... (álcool, emigração, imigração, separação, etc.)

### Finalização e resposta antecipada a alguns obstáculos ou «questões».

1. As Redes Lets são a base do Projecto REIS – Redes de Economia Informal e Social.  
O Projecto R.E.I.S. significa implementação e organização das solidariedades e intercâmbios locais já existentes, e que representam a economia «paralela» local, na base de confiança e reciprocidade, que já existem.
2. Um DESPACHO NORMATIVO OU UMA PORTARIA do Ministério das Finanças é o suficiente para que as pessoas se atrevam a passar do actual estágio primitivo e «clandestino», para uma atitude de abertura, frontalidade, oficialidade.  
Basta que se diga em letra de lei que os subsídios temporários de desemprego, RMG, etc., são *compatíveis* com as Redes «LETS», isto é, os moldes portugueses da «REIS».
3. As Redes REIS, através do 1º promotor, ou representante de redes que venham a assumir-se, devem frequentar a «T.O.E.S. – The Other Economic Summit», annual, que podemos traduzir por «O.C.A. – Outra Cimeira Alternativa», que reúne todos os anos no mesmo local e data nas reuniões mundiais designadas G-7 (ou G-8).
4. Em 1985, a «T.O.E.S.» financiou e criou uma Fundação – «New Economics Foundation», baseada em Londres. As «REIS» Portuguesas devem corresponder-se e frequentar a Fundação.
5. Escolas de velhos ofícios em vias de extinção; escolas-vendas e escolas-museus, são boas iniciativas congregando idosos, intelectuais, jovens, a nível local, que, à porta de casa e sem custos, podem orgulhar-se da sua obra e saberes.  
Turismo ambiental não agressivo, com base em cultura, gastronomia e saberes locais, com tecnologias simples não-poluentes, podem organizar pique-niques, teatros ao ar livre, espectáculos, farsas, declamações, música e bolsas de socorro mútuo vários, e ensino de

Redes de economia informal...

novas tecnologias em massa – telecomunicações, vídeo e internet, etc.

6. Reforçar a moral social e combater os excessos que nascem sempre do ANONIMATO. Mas, para balancear o peso excessivo que a má língua e o controlo local podem ter contra as *liberdades individuais* – liberdades culturais, religiosas ou sexuais, para isso, funciona a literacia, a internet, e o contacto com outras redes. Acampamentos, festas, espectáculos, pique-niques, são boas iniciativas para cultivar a multiculturalidade e a diversidade; mas também é decisiva a consciência/literacia que advirão de se participar na «OCA» (TOES) e na Fundação de Londres, para evitar bairrismos, fundamentalismos religiosos, massificação cultural (via TV), autoritarismo de modelos, e o provincianismo saloio e redutor de muitas mentalidades.
7. O maior problema do «LETS», é que será também do «REIS» Português, são as mentalidades de poder redutor e a projecção do poder pessoal dos funcionários públicos, sempre zelosos do seu poder centralizador, quais juízes lámbna sua terra e na sua rua, ciumentos de perder poder e projecção. É um problema real, experimentado pelo LETS, a nível mundial, e que as «REIS» Portuguesas vão sentir na pele. «Não há bela sem senão, nem rosa sem espinho», diz o povo Português.
8. Foi apresentado em Maio 1999 ao Instituto de Desenvolvimento Social (IDS) um Projecto-Piloto para financiamento e execução em 5 anos em duas zonas: O OESTE (eventual integração no plano «P.E.D.R.O.» – Plano Estrutural de Desenvolvimento da Região Oeste) e o Alentejo Interior (Distritos de Beja e Évora).

### O economista da pobreza

Amartya Kumar Sen, Economista Indiano é o primeiro Prémio Nobel da Economia (1998) atribuído a um *não Euroamericano* (o que é notável e agradável) e a um *não matemático* (grande incitamento às sócio-economias!).

Vamos perder nós, pequenos e pobres, esta oportunidade, quando os grandes e poderosos do mundo já se vergaram às grandes verdades da Economia da Pobreza, investigada pelo Doutor Amartya Sen?

Não podemos desperdiçar esta oportunidade.

1. Não apenas como agradecimento, mas como verdadeira *menção científica*, citamos a Academia Sueca (2):
  - «... juntar as bases teóricas permitindo comparar diferentes modos de repartição do bem-estar social e definir novos instrumentos para medir a pobreza.»;
  - «... restaurar a dimensão ética do debate económico e social, combinando os instrumentos económicos e filosóficos.».

Dignos de registo e de *menção científica*, são também os comentários do *Gabinete de Estudos Económicos da Caixa Geral de Depósitos*, que na edição que me ofereceram logo em 98 numa atitude pioneira louvável, disseram no seu capítulo de «Apresentação»:

- «A atenção deste economista, cujos trabalhos são marcados pelo empenho em realidades como a *fome*, a *pobreza* e os mecanismos económicos que lhe estão subjacentes, sempre se centrou na distribuição do rendimento e na desigualdade social, tendo em conta que *bem-estar*, muito mais do que ser a criação de bens ou de rendimento, significa as *oportunidades* que abre e a capacidade de a elas aceder.

Sen considera que os problemas que privilegia nos seus trabalhos, são esquecidos ou inadequadamente colocados nos debates europeus. Num colóquio realizado no ano passado (1997), em Lisboa, no âmbito do Seminário Internacional sobre Europa Social, Sen foi claro: «É espantoso que tanto desemprego seja tão tolerado na Europa contemporânea».

- «Nas suas obras mais recentes, Amartya Sen contribuiu para a criação de *novos indicadores económicos sobre a pobreza*, consideradas como contributos chave para o desenvolvimento social. Desenvolveu trabalhos no domínio da avaliação de projectos de desenvolvimento, que foram aplicados pela ONU e o indicador de desenvolvimento humano utilizado por esta Organização, por exemplo, foi elaborado com base nas teorias por ele desenvolvidas»

2. No fim deste artigo, estão listados algumas das principais obras, na língua original (Inglês), tal como o Departamento de Estudos Económicos da Caixa Geral de Depósitos a editou.

Para uso didáctico deste Artigo, permito-me traduzir, em síntese, o «abstract» das *obras mais salientes* para a nossa construção das Redes REIS (2).

As obras mais salientes são (tradução do signatário deste artigo):

Título: **Comportamento e o Conceito de Preferência**

Abstract (Síntese do Tradutor):

A Teoria do Comportamento assenta em alguns pressupostos (assumptions): primeiro, que o comportamento posterior revela preferência; segundo, que o comportamento posterior vem a negar a preferência, o que torna incompreensível o primeiro; terceiro, usando diversos pontos de observação, pode ser revelado que a preferência revelada não assenta numa comparação sistemática do agente económico ou pessoa, nem este agente terá as capacitações (skills) para escolher os instrumentos que lhe permitem assentar instrumentos fiáveis de comparação e alternativa; quarto, mesmo que todos os

pressupostos anteriores pudessem a vir a ser razoavelmente preenchidos, ainda restaria a interdependência entre os diversos factores que o agente escolhe numa melhor «mistura», ou ainda que o cálculo individualístico e racional que cada um faz às escolhas de outros; finalmente, há diferentes padrões de racionalidade e de normativismo, entre a possibilidade de escolha e a possibilidade de preferência, por um lado; e por outro lado, entre preferência e bem-estar.

#### Título: *O Motivo Lucro*

Abstract (síntese do tradutor):

A Tese é esta: re-examinar o papel dos mercados e a auto-busca do comportamento que levará ao sucesso económico.

A atenção do estudo centra-se em: intenções e resultados; congruências e conflitos; bens posicionais e interesse público; motivos e resultados; consequência, desastre e resultados; papéis sociais, informação e auto-interesse.

#### Conclusões

Regulação razoável de conflitos de interesses e congruência de interesses; o problema-conflito não é rebocado para bom porto por vontade humana, e portanto sérios desastres ocorrem; continuar a justificar o mercado, em vez de olhar para as consequências, já não têm aplauso; existe, é real, o problema de uma colectividade inteira se auto-destruir, levanta questões sobre a acção do Estado e de esforços cooperativos, apontam para modificação colectiva de comportamento.

#### Título: *Verdades Universais*

Abstract (tradução):

Muitos estudiosos parece estarem preocupados, e divididos, sobre como abordar o difícil tema dos Direitos Humanos em Sociedades não ocidentais.

A pergunta é frequentemente feita se as Sociedades não ocidentais deveriam ser encorajadas e pressionadas a conformar-se com os valores ocidentais de liberalidade e liberdade.

A noção de Direitos Humanos constrói-se com ideia de uma Humanidade partilhada. Estes Direitos não são derivados de cidadanias de nenhum país, ou de filiação em nenhuma nação, mas tomadas como co-naturais ou *congénitas a qualquer ser humano* nascido. O conceito de *Direitos humanos universais, é, neste sentido, uma ideia que une*. No entanto, o tema dos Direitos Humanos acabou por ser um campo de batalha de debates políticos e disputas éticas. Discute-se, contudo de que *não haverá de facto* uma tão grande dicotomia cultural entre Sociedades Ocidentais e Não-Ocidentais sobre o tema de Liberdade e Direitos.

#### Textos de cultura francesa

O 1º está na revista «FUTURIBLES, ANALYSES ET PROSPECTIVE», que publica o artigo «*Le Micro-Crédit: l'instrument financier du futur*», sendo co-autores Anne Hirsch, jornalista do CANNAL +, e Maria Novak, directora da AIDE.

A introdução ao artigo, com apenas dois parágrafos ao lado duma fotografia de uma jovem mulher rural de Bangladeshi abraçada a um caderno, dá uma perspectiva em profundidade (tradução do autor):

«Utilizar o crédito como instrumento de luta contra a pobreza não é uma ideia nova. Em meados do século XIX, na Alemanha, um tal Raiffensen criava as primeiras cooperativas de poupança-crédito para lutar contra a usura que oprimia os camponeses. Estas cooperativas deram nascimento aos bancos materialistas que se desenvolveram na Europa e no mundo inteiro, perdendo aos poucos a sua vocação social.

É bastante natural que a ideia tenha surgido no país mais pobre do planeta, o Bangladesh.

No fim dos anos 70, Muhammad Yunus, professor de econometria na Universidade de Chittagong, começou a experimentar o crédito aos camponeses pobres que sofriam, também eles, com a usura. A partir de 1983, a operação piloto deu nascimento ao Grameen Bank, que conta hoje 2 milhões de membros – são fazendeiros sem terra e mais particularmente as mulheres, que se contam entre as mais despojadas na sociedade Bangladeshi. A ideia propagou-se rapidamente em outros países da Ásia e da América Latina, mas os países industrializados também já a tomaram à sua conta.» (Fim de citação)

O capítulo dedicado aos PED-Países em desenvolvimento, além de interessante, contém instrumentos que podem ser aplicáveis às zonas pobres portuguesas: periferias urbanas e interior rural pobre.

O esquema básico é: uma associação solidária propõe o projecto de financiamento, e dá garantias morais de reembolso.

O desenvolvimento do micro-crédito nos países industriais, é o 2º capítulo do artigo.

A questão central é a mesma: as pessoas despojadas querem ter acesso ao crédito. Citamos:

«No fim dos anos 80 os países industriais começaram a interessar-se pelo micro-crédito.

Numerosos programas desenvolveram-se nos ESTADOS UNIDOS e no CANADÁ. Em FRANÇA, a ASSOCIAÇÃO PARA O DIREITO À INICIATIVA ECONÓMICA, lançou o programa sob o nome de crédito solidário.

A OCDE e a FRANÇA desenvolveram o crédito de MPE – MUITO PEQUENA EMPRESA; em França, 92% das empresas são MPE (menos de 10 empregados) e mais de 50% não tem empregados. Em França (1998), dos 23 milhões de activos na população, 7 milhões deles estão em situação precária e podem ter interesse em criar o seu próprio emprego.

Em França, é popular o parceria da associação – ADIE, e os candidatos aos micro-créditos.

Do ponto de vista da Banca, o micro-crédito está criado para as aplicações na economia real e em pequenos investimentos de proximidade; em todo o caso, o devedor é solidário com a associação e vice-versa, no caso de não pagamento.

Em França, o custo de criação de um emprego independente para a colectividade fica inferior à metade do custo anual em desemprego (avaliado em 120.000 FF – cerca de 3000 contos/ano). (Fim de citação)

O artigo termina:

«... restaura o laço solidário, transformando os assistidos em criadores de riqueza, limita, ainda que fracamente, a concentração de riquezas no seio da economia ...»

### Em Portugal

Graças ao impulso do XIV Governo Constitucional, quanto ao RMG e luta contra a exclusão e a pobreza, surgiram estas duas iniciativas (micro-crédito e micro-serviços), também sob influência da mundialização «Ano da Expo'98 em Lisboa e cimeiras mundiais», das teses de Amartya Sen, despertaram o sistema bancário português.

Os bancos BCP, o mais internacionalizado, e o estatal CGD, abriram os micro-créditos.

Em base **casuística**, e com orientação **intra-bancária**, os micro-créditos são algo ainda estranho às ciências e instituições sociais portuguesas.

As atitudes dos dois bancos, louváveis, não estão ainda a ser devidamente **escrutinadas** pelas ciências humanas e sociais, para efeitos de ampliação popularização, acessibilidade, generalização, e as necessárias correcções e flexibilização para efeito de adaptação aos feitos, vocações e possibilidades de cada candidato.

É este «escrutínio», **democrático** e **científico**, que importa fazer.

### A «Revue du Marché Commun et de L'Union Européenne»

No seu número 429 de Junho de 99, publica um artigo de ANNE LE ROY (Doutora em Economia Europeia, pela Universidade de Pierre Mendés – France, Grenoble), cujo resumo traduzo com gosto:

«Estamos numa viragem da história da política regional europeia, na qual a adopção em 1998 da **reforma dos fundos estruturais** constitui um ponto primordial e decisivo: uma vez que até esta data a redução das disparidades era o objectivo primeiro das acções publicas que, à escala comunitária eram apenas uma **reprodução** daquelas acções elaboradas pelo Estado, **hoje** são estas «as do Estado» as que

seguem e devem adaptar-se à política europeia procurando reforçar a coesão económica e social da comunidade.

Não se trata, portanto, de uma nova denominação da política regional, mas de uma **mudança da abordagem** aos problemas de disparidade, cuja redução se inscreve numa prática global do **desenvolvimento económico em geral**, e **territorial** em particular, no quadro do caminho para a união económica e monetária. Optando por uma política de coesão, a união europeia preconiza, portanto, uma nova abordagem que ultrapassa as tradicionais oposições desenvolvimento endógeno / desenvolvimento exógeno, desenvolvimento por cima / desenvolvimento por baixo, como a tese de um **novo modo de desenvolvimento local pós-fordista**, mas também e sobretudo define as bases de um novo modelo de política comunitária. A redução das disparidades em matéria de produção, de desemprego, ou de rendimento, já não é a única, **nem mesmo o principal**, objectivo das acções comunitárias regionais cuja concepção e aplicação repousam sobre as relações cruzadas implicando os actores **públicos** – das instâncias comunitárias às instâncias nacionais e infra-nacionais – e **privados**, que têm necessariamente de recorrer a novos instrumentos de acompanhamento e de coordenação apoiando-se sobre o potencial de cada território.

Desta maneira, a política comunitária de coesão económica e social confirma que a construção europeia é, e desde a sua origem, uma criação particular que não se pode reconduzir à imitação de um modelo pré-existente». (Fim de citação)

As medidas e instrumentos a criar devem basear-se em pessoas reais e territórios reais, inscrevendo-se:

Nos QCA; nos incentivos às PME; nas políticas de I&D; nas acções de políticas sociais.

A **filosofia geral** das estruturas destas novas acções, medidas e instrumentos concretos é esta: iniciativa, partilha de responsabilidades e custos, e virar o agente para fora – para a vida social, proximidade, os mercados e as oportunidades.

O sentido de coesão e a educação para o colectivo advém da natural e necessária ligação às instituições, ou de solidariedade ou de base associativa.

Há passagens do artigo que coincidem com a filosofia de Amartya Sen: «(p. 388) ... O território não é um simples «stok» de recursos – matérias primas, mão de obra, – caracterizadas por preços e custos de acessibilidade e de uso; a criação de riqueza repousa cada vez mais sobre os elementos sociais e imateriais que o caracterizam, e por isso mesmo, estão quase ausentes das análises e das estatísticas, já que são irreduzíveis às contagens tradicionais.» (Fim de citação)

ANNE LE ROY sugere a **implementação** de redes (tímidas e submersas elas já existem), e a **generalização** de redes.

Alguma coordenação «vertical» e «horizontal» ajudam; e novos instrumentos de acompanhamento (pág 389/393), sobretudo, a «difusão de informação e conselhos», e apoiar activamente os «actores desfavorecidos».

#### **A rede portuguesa de empresas para a coesão social**

Sob a coordenação de «Talentum, sociedade de consultoria de gestão, SA», a rede portuguesa publica um órgão de informação desde 1998.

Em 97, a «EUROPEAN BUSINESS NETWORK FOR SOCIAL COHESION» apoiou a Talentum a **organizar** e **gerir** a rede portuguesa de empresas para a coesão social.

A rede rege-se pela «Declaração Europeia de Empresas contra a exclusão social», subscrita por **empresários** e pela **comissão** europeia.

Objectivos da rede:

- Integrar no mercado de trabalho e a actividades de formação profissional tendentes a evitar a exclusão e a redundância de pessoal nas empresas;
- Promover novos empregos e novas empresas na área de PME's;
- Contribuir para a solidariedade em favor de áreas ou grupos de pessoas especialmente vulneráveis.

Existem redes nos seguintes países:

Alemanha; Áustria; Bélgica; Dinamarca; Holanda; Portugal (Mário Neves Pereira, e.mail: [talentum@mail.telepac.pt](mailto:talentum@mail.telepac.pt)); Reino Unido; Suécia; Suíça.